

SIGNIFICADOS E PRÁTICAS DE ESTUDANTES E DOCENTES SOBRE O CAMPO DOS DIREITOS SEXUAIS E DOS DIREITOS REPRODUTIVOS EM TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Dandara Maria Oniilari Ferreira da ¹; Jaileila de Araújo Menezes²

¹Estudante do Curso de Psicologia – CFCH – UFPE. E-mail: d.oniilari@mail.com; ²Docente/pesquisador do Depto de Depto de Psicologia e Orientação Educacional – CE – UFPE. E-mail: leilaufjr@hotmail.com

Sumário: a presente pesquisa está vinculada ao projeto intitulado “Significados e práticas sobre os Campos dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: uma análise interseccional com mulheres e homens jovens e suas redes de convívio em território de desenvolvimento econômico”. Buscou-se investigar aspectos relacionados ao campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, tendo como sujeitos da pesquisa profissionais do campo educacional e estudantes das cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. Foram realizadas o total de 8 (oito) entrevistas semi-estruturadas, de modo a adentrar nas temáticas ligadas ao campo dos direitos já mencionados. A análise se deu a partir da perspectiva interseccional, se propondo a levar em conta os diversos marcadores existenciais que perpassam a vida dos/as envolvidos. Os resultados encontrados, tais como a inexperiência dos professores para abordar direitos sexuais e direitos reprodutivos em sala de aula ou o viés biologizante que normalmente atrelam ao assunto, apontam para a importância de se trabalhar temáticas relacionadas ao campo da educação sexual dentro do contexto escolar, além da necessidade de formações que possam ajudar os mesmos no processo de apropriação dos temas envolvidos neste campo de discussão, inclusive desenvolvendo práticas educativas mais democráticas para o trabalho com jovens.

Palavras-chave: direitos reprodutivos; direitos sexuais; juventude; suape

INTRODUÇÃO

Encarar a sexualidade enquanto temática que não se deve ser discutida com o público jovem é uma visão que parece ser adotada pelas diversas instituições presentes no contexto social no qual estamos inseridos. Assim, tanto no âmbito familiar, quanto no escolar, ambos espaços os quais costumeiramente enxergamos enquanto importantes formadores de conduta do público jovem, essas discussões ainda tem se mostrado um tanto tímidas. Muitas vezes é possível encontrar entre esses dois ambientes, dissonâncias a respeito de qual dos, teria de fato a responsabilidade de abordar tal temática, o que faz ser comum que os/as jovens relatem a respeito de seus aprendizados relacionados à sexualidade como ocorrendo em rodas de amigos/as, geralmente sem a presença de pessoas encaradas enquanto adultas. O tabu que a sexualidade carrega consigo, se posta enquanto dispositivo que acaba por restringir os locais onde jovens homens e mulheres podem vir a ter acesso ao tema e à discussões de cunho formativo sobre o mesmo. Sendo assim, pode-se remeter ao que Foucault (1999) chamou de Tabu do objeto. Tal expressão está relacionada ao que o mesmo autor nomeou como procedimentos de interdições, que acabam por moldar nossos discursos à medida que advogam pelo silêncio (tabu do objeto); a medida em que nem tudo pode ser falado em qualquer ocasião (ritual da circunstância) e sobre determinados assuntos, apenas algumas pessoas estão aptas a tratar (direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala). Pensando os/as sujeitos/as que tivemos enquanto participantes da presente pesquisa, fazer um recorte etário em relação à sexualidade nos faz notar que a noção

relegada aos/às jovem no que diz respeito a sua falta de responsabilidade também serve como aspecto que acaba por justificar a não discussão da temática com os mesmos. Quadros e Menezes definem direitos sexuais e reprodutivos, respectivamente, enquanto “o direito a viver a sexualidade com prazer, o direito à liberdade e autonomia no exercício responsável da sexualidade” e “ o direito a tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência.” (QUADROS& MENEZES, 2009, p.119-120). O Ministério da Saúde, em cartilha lançada no ano de 2009 (dois mil e nove), apresenta os direitos reprodutivos composto pelo seguintes pontos: “direito das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas; direito a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos; direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência” (BRASIL, 2009, p. 04) No que diz respeito aos direitos sexuais, os pontos para definição são: “direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do/a parceiro/a; direito de escolher o/a parceiro/a sexual; direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças; direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física; direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual; direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras; direito de ter relação sexual independente da reprodução; direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS; direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação; direito à informação e à educação sexual e reprodutiva.” (BRASIL, 2009, p. 04) Para sugerir que as discussões sobre essas temáticas aconteçam no espaço escolar, existem os Parâmetros Curriculares Nacionais, que servem de modo a orientar os profissionais da escola na construção do currículo a ser trabalhado. Assim, a pesquisa teve por objetivos: a) analisar significados e práticas produzidos sobre sexualidade por jovens estudantes, a partir das cenas e cenários sexuais vividos numa área em processo de intenso desenvolvimento econômico; b) identificar e problematizar os significados e práticas produzidos por docentes sobre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos de jovens estudantes; e c) relacionar os sentidos e práticas produzidos por estudantes e docentes salientando a intersecção entre os marcadores de gênero, socioeconômicos, de geração e território.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa contou com a participação de 04 (quatro) jovens, sendo dois rapazes e duas moças, residentes das cidades já mencionadas, ambas pólos de largo desenvolvimento econômico devido ao Complexo Porto de Suape. Cada jovem indicou também um profissional de sua escola que pudesse conversar conosco sobre as temáticas discutidas, sendo 3 (três) mulheres e 1 (um) homem. Assim, contou-se com a participação direta de 8 (oito) pessoa, entre alunos/as e profissionais da educação. Aos/Às jovens entrevistados, foi solicitado que nos fornecessem um nome fictício, de modo a preservar sua identidade. A coleta dos dados aconteceu a partir de entrevistas semiestruturadas. Os/as jovens já haviam passado por um momento de entrevista anterior, e a partir da possibilidade de aprofundamento em algumas questões relacionadas aos direitos sexuais/reprodutivos, foram convidados/as a participar de uma segunda etapa das entrevistas e também a indicar algum/a funcionário/a de sua escola. Para além, a partir das questões abordadas também se buscou dialogar a respeito do território onde esses/as jovens estão inseridos, no caso em áreas próximas ao Porto de Suape, de modo a refletir a respeito das possíveis mudanças que tal estrutura pode ter trazidos aos moradores de seus arredores. Para as entrevistas com

os/as funcionários/as da escola, foi elaborado um roteiro diferente dos utilizados com os/as jovens, mas o processo deu-se também a partir de entrevistas semiestruturadas. Através desses roteiros, buscou-se compreender a partir da ótica dos/a profissionais da educação, como questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos vêm ou não, sendo trabalhadas em salas de aula. Indagou-se também a respeito das experiências relacionadas à sexualidade dos/as jovens dentro do ambiente escolar e de que maneira a escola se colocava frente a essas. As entrevistas foram analisadas a partir de uma perspectiva interseccional, noção que emerge de questionamentos das feministas negras norte-americanas, à ideia do sujeito mulher colocado sob uma prisma universal. Assim sendo uma análise a partir da interseccionalidade permitiu ampliar o olhar sobre os sujeitos e seus contextos, ajudando a pensar melhor a forma como determinados aspectos impactam suas experiências pessoais.

RESULTADOS

A partir das entrevistas com os/as jovens e os/as profissionais ligados/as a escola, indicados/as pelos/as primeiros/as, foi possível perceber que a discussão sobre sexualidade no espaço escolar dos locais visitados se dá de forma ainda incipiente. A atenção que se volta ao tema, em boa parte das vezes, costuma acontecer de modo a coibir expressões da sexualidade no espaço escolar, ou falar da mesma ligada à reprodução e uso de métodos contraceptivos. Outras formas de diálogo, como a tentativa de pensar aspectos ligados à orientação sexual ou prazer, não são pautadas a partir de uma perspectiva formativa no espaço escolar.

DISCUSSÃO

A discussão foi elaborada em três partes, de modo a melhor apresentar os resultados com os quais nos deparamos. Sendo assim, trabalharemos com: a) análise dos significados e práticas produzidos sobre sexualidade por jovens estudantes, a partir das cenas e cenários sexuais vividos numa área em processo de intenso desenvolvimento econômico; b) identificação e problematização dos significados e práticas produzidos por docentes sobre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos de jovens estudantes; e c) relação entre os sentidos e práticas produzidos por estudantes e docentes salientando a intersecção entre os marcadores de gênero, socioeconômicos, de geração e território. No que diz respeito ao tópico a), pensou-se cenas e cenários sexuais a partir do que é trazido por Paiva (2006), de modo a pensar as experiências sexuais de cada sujeito da pesquisa enquanto únicas (cena), porém enquanto dentro de um espaço macro (cenário). Os/as jovens adentraram em temáticas ligadas a virgindade, métodos contraceptivos, prazer, orientação sexual, entre outros. Percebeu-se que embora tais assuntos não costumem ser discutidos em seu espaço familiar ou escolar, as discussões acontecem entre os/as amigos/as, sem a presença de pessoas mais velhas. Sobre o tópico b), é preciso pautar as queixas trazidas pelos/as profissionais ligadas ao seu despreparo para lidar com a maioria das questões relacionadas ao campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, ainda que a importância do debate sobre o mesmo seja admitida. Assim, de modo a auxiliar que momentos de diálogos formativos sobre sexualidade ocorram dentro do ambiente escolar, uma das estratégias apresentadas por uma das profissionais foi a de contatar profissionais de saúde para trabalhar o tema. No entanto é preciso abordar o assunto para além da área da saúde, que geralmente adota uma postura puramente biologizante da sexualidade, que também é feita pela escola. Faz-se necessário ir além, pensando a temática enquanto conceito mais amplo, que envolve relações de gênero, prazer, violência, erotismo, dentre outros aspectos. No que diz respeito ao tópico c), é importante salientar que a proposta de interseccionalidade nos faz refletir a respeito de como os marcadores que cada sujeito carrega consigo se articulam

e influenciam em seu cotidiano. No espaço escolar é perceptível por parte dos profissionais, que o que eles/as se propõem a discutir com os/as estudantes, ou a forma como se propõe a discutir, diz muito dos locais de onde esses partem. Assim, é possível notar que as temáticas são direcionadas de forma diferente a depender da vivência do profissional.

CONCLUSÕES

Levar a discussão a respeito dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos ao espaço escolar não parece acontecer com veemência pelas equipes de profissionais da educação das escolas a quais tivemos acesso. Isso não impede, no entanto, que a discussão ocorra somente entre os/as estudantes, que costumeiramente compartilham suas experiências sexuais com os colegas, longe da presença dos/as profissionais. Para além, é possível notar que a instituição escolar, não só se exime do debate, na maioria das vezes, como age de modo a incidir tentativas de repressão de manifestações dessa no ambiente educacional. Por fim, para melhor cumprir a sua função educativa no que diz respeito à sexualidade, a escola depende dos profissionais que a compõe, no entanto, esses se queixam de não se sentirem capacitados para trabalhar a temática. Ainda que os PCN's sugiram que aspectos ligados à educação sexual sejam abordados de maneira transversal no currículo escolar, isso não parece acontecer de forma efetiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPE) pelo financiamento da bolsista, aos/às jovens e profissionais sujeitos da pesquisa, pela disponibilidade de contribuição, e ao GEPCOL (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas), ao qual estão vinculadas a bolsista e a orientadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1999

PAIVA, Vera. Analisando cenas e sexualidades: a promoção da saúde na perspectiva dos direitos humanos. Em: Sexualidad, estigma y derechos humanos. Desafíos para el acceso a la salud en América Latina. Cáceres, Careaga, Frasca, Pecheny (org). Lima, FASPA/UPCH. 1ª edición, Septiembre 2006.

QUADROS, Marion; MENEZES, Josineide. A abordagem de direitos sexuais e direitos reprodutivos na escola. In: SCOTT, R. P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. Gênero, diversidade e desigualdades na Educação. Interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p.117-141, 2009.